

# VIII

## ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NOS TERREIROS\*

*Sheila Cristina Corrêa da Silva*

### **Introdução**

O presente capítulo tem por objetivo precípuo refletir as relações entre Orientação Sexual e Identidade de Gênero nos Terreiros. Cabe ressaltar que meu interesse pelo tema teve início, após ingressar como pesquisadora do Grupo de Debate Crítico sobre Racismo Religioso (GEDCRIRR) e atualmente, em nossos ciclos de estudos: Racismo, Intolerância Religiosa, Gênero e Serviço Social, através dos nossos encontros quinzenais no Núcleo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Extensão Serviço Social, Questão Racial, Direitos Humanos e Religiosidade (NUSSRADIR).

Importante dizer que não sou uma especialista no assunto. No entanto, as inquietações serviram como norte para o aprofundamento da temática e possibilitou trazer a luz do debate um assunto invisível e indizível nos terreiros de Candomblé e da Umbanda. Nesse sentido, é sabido que a população LGBT (lésbicas, bissexuais, travestis, transsexuais), possuem, ainda hoje, muitos entraves na garantia de direitos de acesso a variados espaços sociais, públicos e privados.

Ademais, pretende-se apresentar - ainda que de maneira concisa e de forma preliminar -, informações sobre as orientações sexuais, as identidades de gênero, o processo transsexualizador e suas relações nos terreiros. Assim como, as consequências do “não respeito” a essas identidades nas práticas religiosas para este segmento da população.

---

\*DOI – 10.29388/978-65-81417-79-6-0-f.227-244

Nesse sentido, o capítulo foi estruturado em duas seções de análise. Na primeira seção, discute-se identidade de gênero e orientação sexual: suas igualdades, diferenças e suas especificidades.

A segunda seção, por sua vez, aborda a presença das pessoas travestis e transsexuais nos terreiros e os possíveis impactos relacionados aos seus corpos, suas transformações corporais e a não discussão sobre gênero e suas identidades no que se refere ao uso de suas vestes, nos rituais religiosos.

Importante salientar que os vínculos afetivos e familiares dessa população, em sua maioria, já foram rompidos no decorrer da sua trajetória de vida e construir/reconstruir novas formas de afetos na sociedade e nos terreiros é fundamental para o empoderamento desta população.

Segundo Heilborn (2002), o conceito de gênero refere-se à construção social do sexo e foi produzido com a ideia de discriminar o nível anátomo-fisiológico da esfera social/cultural. Em outras palavras, essa categoria analítica visa, sobretudo, distinguir a dimensão biológica da social. É a organização social da diferença sexual. O raciocínio que apoia essa distinção se baseia na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura.

## **Orientação sexual, identidades de gênero e homossexualidade: igualdades, diferenças e suas especificidades**

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todos os direitos humanos são universais, interdependentes, indivisíveis e inter-relacionados. A orientação sexual e a identidade de gênero são essenciais para a dignidade humana de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso. (Robinson *et al*, 2007, p. 06).

Embora todas as pessoas nasçam livres e iguais; e os princípios de Yogyakarta assinalem veementemente que todos os direitos humanos são universais, não é esta a realidade vivenciada pela população LGBT, no que diz respeito à igualdade de condições sociais, dentro da realidade brasileira.

Contudo, de forma sucinta e de maneira incompleta, tentarei neste artigo de alguma forma contextualizar as identidades de gênero, as orientações sexuais e a homossexualidade. Portanto, é necessário falar sobre a diversidade.

Diversidade é “cada um no seu quadrado”, uma perspectiva que compreende o Outro como incomensuravelmente distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturarmos a ele. Na perspectiva da diferença, estamos todos implicados/as na criação desse Outro, e quanto mais nos relacionamos com ele, o reconhecemos como parte de nós mesmos, não apenas toleramos, mas dialogamos com ele sabendo que essa relação nos transformará (COLLING, p 410 *apud* MISKOLCI, 2012, p. 15-16).

Colling contribuirá com alguns apontamentos, algumas análises e algumas reflexões acerca de que os movimentos sociais, no Brasil e no exterior, fazem uso de paradigmas da igualdade e da afirmação das identidades de gênero. Ou seja, há uma defesa dos ativistas que todas as pessoas são iguais e devem ter os mesmos direitos. Entretanto, a problemática se inicia quando o discurso destoia das práticas políticas em torno dos paradigmas da igualdade.

Melhor dizendo, somos todos seres humanos, no entanto, temos as nossas especificidades, e isso nos diferencia. Algumas pessoas, precisam de políticas diferenciadas, pois suas identidades e suas realidades não coadunam com as necessidades umas das outras. Dessa forma, a ideia de igualdade acaba por ser uma política excludente.

Se, por um lado, no Brasil essa estratégia já rendeu conquistas para determinados grupos subalternizados (negros e mulheres, por exemplo, conquistaram a lei que criminaliza o racismo, o sistema

de cotas e a Lei Maria da Penha), por outro lado também criou exclusões. De quem? Das pessoas que são discriminadas, mas que não se identificam exatamente com todas as características atribuídas a quem pode afirmar e desfrutar de determinada identidade coletiva (COLLING, 2013, p.408).

Desse modo, o autor nos convida a refletir e compreender que as discriminações sofridas pela população lgbt, perpassam as políticas afirmativas já existentes para pessoas negras e mulheres.

De acordo com Miskolci (2012, p. 27), conforme citado por Colling (2013, p.409)

[...] as políticas geradas em torno do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades, quando ligadas ao campo das sexualidades e dos gêneros, via de regra apresentam as seguintes características no Brasil: 1) apostam quase que exclusivamente na conquista de marcos legais; 2) praticamente não possuem ações que combatam os preconceitos através do campo da cultura; 3) explicam a sexualidade e as identidades de gênero dentro de uma perspectiva que, a rigor, flerta ou adere com a ideia de que há apenas dois gêneros (masculino e feminino), duas orientações sexuais (homossexual e heterossexual) e de que tanto os gêneros quanto as orientações sexuais são “naturais” ou até gerados por componentes biológicos/genéticos; 4) através da afirmação das identidades, forçam todas as pessoas não-heterossexuais a se enquadrar em uma das identidades LGBT; 5) a sua luta política é centrada na defesa da homossexualidade, dentro de uma perspectiva de respeito ou tolerância à diversidade, em vez de numa problematização da ordem cultural e política que é apenas chamada a “tolerar” aqueles que ameaçam sua hegemonia.

Diante disso, podemos compreender que alguns grupos sociais vivem realidades completamente diversificadas, onde uma série de elementos diferentes coexistem cotidianamente. Por isso, é importante que haja um olhar dos movimentos sociais para corroborar com a criação de políticas públicas específicas para cada segmento dentro da

temática LGBT e dessa forma, poder trabalhar as igualdades, respeitando as diferenças e as especificidades de cada ser humano.

[...] Sugiro que as políticas das diferenças não anulam ou negam as nossas igualdades, nem nos tornam mais divididos. Pelo contrário, elas podem nos dar pistas de como podemos nos enxergar nas demais diferenças, em como podemos nos unir em prol do respeito às nossas diferenças, que não cessam de ser criadas, modificadas (COLLING, 2013, p.410).

Sendo assim, a afirmação do autor só corrobora com nossas reflexões de que “gênero” e “mulher” não tem o mesmo sentido.

Em um diálogo com as considerações de Judith Butler (2002, 2003, 2008) ele contextualiza por que no campo das sexualidades e dos gêneros, em específico, o binarismo não dá conta de explicar e contemplar o quanto somos diferentes? Como resposta, o autor, afirma que existem mais do que dois gêneros e que algumas pessoas concordam com esse argumento e alegam que existem as pessoas transexuais e travestis, que explicitamente, em alguns casos, preferem ficar no trânsito entre os gêneros.

Contudo, o autor afirma que se trata de uma justificativa válida, mas se ficarmos apenas nela quem não faz parte do segmento trans continuará pensando que o seu gênero é puro. Na prática, ele afirma que todas as pessoas sofrem influências por características das outras pessoas, o que de certa forma, serve para que todas as pessoas “sofram” uma variável troca de todas as identidades, e que tal influência, pode se dar no campo da sexualidade e dos gêneros, propriamente ditos.

Ou seja, por mais que o homem seja másculo, ele consegue trazer para sua vivência, algum traço do gênero feminino, assim, como as mulheres, também pode trazer em suas vivências e em suas práticas sexuais, alguma influência masculina. Por isso, as variações dos gêneros, está diretamente ligada à nossa criatividade.

Ou seja, Colling, sugere que

[...] se o heterossexual compreender e aceitar a constatação de que ele também é um pouco trans a tendência é que diminua a resistência às políticas específicas para o segmento trans. Para produzir isso, portanto, precisamos problematizar as heterossexualidades também e não apenas tratar e afirmar as identidades dos homossexuais, das lésbicas, das pessoas bissexuais, das trans/travestis e intersexualidades.

Vale ressaltar, que sexo, biologia, natureza e órgão sexual, não tem nenhuma relação com o que imaginamos ser o gênero de alguém. A exemplo, podemos citar as pessoas travestis e transexuais, que nascem com um sexo biológico, com características corporais, no entanto, não conseguem se identificar com o gênero que a sociedade impõe para o seu corpo. Não necessariamente, meninas têm que usar rosa e meninos azul. Tudo isso, é uma construção social, dentro de um viés binário.

Quanto a Orientação Sexual, as pessoas podem ter suas identidades de gênero como masculina, feminina, transsexual, travesti ou ser designada como homem, mulher e homem e mulher cis<sup>1</sup>, mulher ou homem trans, travesti, pessoa não binária (que não se identifica quanto feminino ou masculino) a gênero e ou entre qualquer outra forma que ela possa se identificar.

Já, a Identidade de Gênero é uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode

---

<sup>1</sup> Cisgênero (Cis) é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu “gênero de nascença”. Em outras palavras, na pessoa cisgênero a identidade de gênero (a forma como a pessoa se vê) corresponde ao gênero que lhe foi conferido ao nascer. Ver em: <https://www.significados.com.br/cisgênero>. Acesso em: 22 abr. 2022.

<sup>2</sup> Faloplastia é um termo médico amplo que poderia indicar muitos procedimentos cirúrgicos diferentes: poderia ser uma cirurgia plástica ou reconstrutiva no caso de defeitos ou traumas no pênis de pacientes do sexo masculino cisgênero, ou poderia ser um procedimento estético quando o objetivo da cirurgia é melhorar algumas características do pênis em homens cisgêneros, ou poderia ser um procedimento reconstrutivo no caso de homens transgêneros, caso em que também é conhecido como cirurgia de redesignação sexual ou reconstrução peniana. Ver em: <https://www.ricktroy.com/pt/faloplastia-cirurgia-de-redesignacao-de-genero-em-homens-transgeneros>. Acesso em: 22 abr. 2022.

envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos (Robinson *et al*, 2007).

Dentro das identidades de gênero, podemos compreender as três possibilidades da transexualidade:

Primeiramente, vale a pena, compreender o termo Transexual. São pessoas, que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) e a sua identidade de gênero constituída. Com base no Manual de Comunicação LGBTI+, podemos compreender as possibilidades das identidades de expressões de gênero.

#### 1) Mulher transexual

A mulher transexual ou simplesmente mulher trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero feminino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero masculino ao nascer. Ou seja, modifica seu corpo físico através de hormonização ou não, faz uso do nome social feminino e em alguns casos faz cirurgia de readequação de sua genitália e retificação de nome e sexo em seus documentos.

#### 2) Homem transexual

O homem transexual ou simplesmente homem trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero masculino embora tenha sido biologicamente designada como pertencente ao sexo/gênero feminino ao nascer. Isso é, modifica seu corpo físico, faz uso do nome social masculino e em alguns casos faz cirurgia de readequação retirando os seios, o útero e realizando cirurgia de redesignação sexual/faloplastia<sup>2</sup>. Também, em alguns casos fazem harmonização masculina e retificação de nome e sexo em seus documentos.

---

<sup>2</sup> CONSULTA PÚBLICA: Manual de Comunicação LGBTI+ 4. Identidade e expressão de gênero. Disponível em: <https://grupodignidade.org.br/consultapublica/4-identidade-e-expressao-de-genero>. Acesso em: 23 abr. 2022.

### 3) Travesti

São pessoas que nascem do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. No caso de pessoas travestis com identidade de gênero feminina, muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas e que em sua maioria, seu pênis não as incomoda.

## **Travestis e transexuais nos terreiros: possíveis impactos relacionados aos seus corpos.**

[...] o debate sobre sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual está longe de ser harmônico. E, apesar dos avanços políticos, sociais e legais pode-se, ainda, afirmar que a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexo) experimenta uma violência diária e cruel, sendo para uma sociedade cisheteronormativa, uma ameaça cultural, histórica, social e política, baseada no binarismo de gênero e no sexismo. Esses tipos de violências fazem do Brasil o país que mais mata LGBT, em especial, a população de transexuais e travestis no mundo (SOARES *et. al.*, 2021 p. 1009 apud ARAGON 2006; MENDES; SILVA, 2020).

VIANNA 2021 P. 1009 apud MALIA 2019 “[...] destaca, ainda, que sendo as comunidades/terreiros espaços onde circulam identidades de gênero e orientações sexuais diversas, bem como também existe “um contingente de pessoas de sexualidades dissidentes.”; se faz importante ressaltar a necessidade do debate dentro desses espaços, uma vez que não se trata apenas de um direito em “professar a fé” de cada indivíduo, o que é assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e pela Constituição (BRASIL, 1988). A partir destas questões, é exposta a tendência desse processo de negação sofrida pela população LGBT nos espaços religiosos do culto de Candomblé, a qual se encontra intrinsecamente relacionada a uma questão cultural e social



binária, cisheteronormativa do que possivelmente com a questão da ancestralidade do culto”.

Vale ressaltar que “as tarefas nos terreiros, têm sempre a sua organização atribuída de acordo as expectativas a cerda das performances de gênero, conforme o sexo biológico determinado ao seu nascimento. Portanto, na maioria das casas de terreiro, mulheres e homens travestis e transsexuais não são permitidas a desempenhar nenhuma função dispares que não tenha o reconhecimento “adequado” da sua identidade de gênero. Contudo, essas interdições funcionam como seus corpos, suas performances e suas identidades de gênero fossem descoladas uns dos outros e como se houvesse algo de prévio, de dado, de não produzido sobre eles.” (FERREIRA *et.al.* 2021 p. 1010 apud SANTOS; DALLAPICULA, 2020).

Para os autores Soares, Vianna e Pacheco (2021), mulheres e homens, sejam cisgêneros ou transsexuais, têm cargos e funções muito bem definidas, pontuadas, não sendo permitido que determinados postos estabelecidos para mulheres sejam exercidos por homens e/ou vice-versa; contudo, diante das discussões sobre as expressões sexuais e de gênero, como fica a pessoa trans iniciada nas casas de axé? Contudo, buscamos compreender a identidade de gênero e orientação sexual para além da determinação dos (das) dirigentes espirituais dos Terreiros e buscamos esclarecimentos à luz da espiritualidade.

A conversa com Exu ocorre primordialmente em função de uma aproximação compreensiva ao tema que vê nos símbolos míticos e nos arquétipos humanos um locus privilegiado para interlocução com nossas investidas teórico-epistemológicas e práticas. Em suma: a religião e o mito, como a arte e outras formas de produção cultural de significados, possuem um estatuto epistêmico (KÜNSCH; CHIACHIRI, 2019 p. 78).

Para o guia espiritual Exu Caveira (durante a incorporação<sup>3</sup> da médium e dirigente espiritual Leila Freire, na Tenda Umbandista Vovó Maria Conga do Cruzeiro das Estrelas, em 19 jul. 2021)

A visão da espiritualidade acerca da identidade de gênero e do sexo biológico é uma questão muito acima da sua evolução como um Caveira - Porém, eu irei falar da experiência e do pouquinho da evolução no patamar em que eu estou...a espiritualidade, os seres maiores e de mais luz que nos comandam, não vê você como homem ou como mulher e sim como um ser, um ser vivente. Então, todas as experiências que você tem que passar, você vai passar. Seja em um corpo feminino ou masculino. Não há na espiritualidade essa separação! Existe, sim, as experiências que você tem que passar. Isso é uma questão cultural/social/terrena. E, não é, uma questão espiritual (Exu Caveira, consulta<sup>4</sup> concedida in locu, em 19/07/2021).

As religiões, em geral, têm negado às pessoas transsexuais e travestis o direito de existir nas comunidades religiosas (SANTOS, 2008; SANTOS, 2011). Contudo, os espaços religiosos e a discriminação nos espaços de culto do indivíduo, com a sua fé, vem limitando e afastando a população de lésbicas, gays, bissexuais e principalmente as pessoas travestis e transsexuais de onde deveria ser um espaço de acolhimento para o bem-estar físico, mental e espiritual. Por fim, acaba por criar mais um processo de exclusão junto às suas comunidades religiosas.

---

<sup>3</sup> Incorporação espiritual, pode ser também conhecida como psicofonia, que é um termo utilizado pela Doutrina Espírita para descrever o ato pelo qual um médium permite, consciente ou inconscientemente, que um espírito se manifeste através do seu corpo.

<sup>4</sup> Silvia; Comin (2020) um dos elementos rituais mais expressivos da umbanda é a consulta mediúcnica, espaço no qual um médium, a partir da incorporação de uma entidade espiritual, atende a um fiel em busca de ajuda. Nessas consultas busca-se solucionar toda sorte de problemáticas, como questões amorosas, financeiras, familiares e, principalmente, demandas relativas à saúde (Negrão, 1993; Scorsolini-Comin, 2014). A consulta também representa um momento ritual importante no qual o consulente entra em contato direto com uma divindade por meio de um médium em transe mediúcnico, permitindo um diálogo entre o mundo material e o mundo espiritual, entre uma pessoa em busca de ajuda e orientação e o divino.

Segundo Soares *et. al.* 2021, p. 1009 *apud* ARAGON, 2006; MENDES; SILVA, 2020 “[...] o debate sobre sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual está longe de ser harmônico. E, apesar dos avanços políticos, sociais e legais, pode-se, ainda, afirmar que a população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais, transgêneros e intersexo) experimenta uma violência diária e cruel, sendo para uma sociedade cisheteronormativa, uma ameaça cultural, histórica, social e política, baseada no binarismo de gênero e no sexismo. Esses tipos de violências fazem do Brasil o país que mais mata LGBT<sup>5</sup>, em especial, a população de transsexuais e travestis no mundo.”.

Para Dias e Colling (2018)

Nos terreiros de Candomblé, muito embora as «suas portas» estejam sempre abertas para todas as pessoas, algumas restrições são mantidas em favor da manutenção da tradição religiosa. As pessoas que dirigem as casas de Candomblé, em geral, conduzem seus terreiros à luz dos ensinamentos das pessoas mais velhas e, justo por isso, temas como a transexualidade ainda não se tornaram caros para essas comunidades. O que há, nos parece, são acordos de aceitação nos moldes de outras expressões religiosas: aceitar desde que as pessoas se adequem às normas de gênero e sexualidade vigentes nas comunidades-terreiro, que são aquelas pautadas pela perspectiva heteronormativa e cisgênero (DIAS; COLLING, 2018, p.98).

E ao longo da história homens e mulheres trans resistem nessas comunidades religiosas, como demonstram em suas entrevistas de pesquisa:

---

<sup>5</sup> LGBT é a contração dos termos Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. Vem sendo utilizada desde 1990 e é uma adaptação da sigla LGB. Lésbicas-Mulheres cis ou trans que possui relação homoafetiva e ou sexual por outra mulher; Gay- Homens Cis e ou trans que possui relação homoafetiva ou sexual por outro homem; Bissexual- pessoas que sentem atração (afetiva ou sexual) por ambos os sexos e Transgênero são pessoas que não se identificam com o sexo biológico atribuído ao seu nascimento. Também, podem incluir pessoas não binárias quanto ao gênero.

### **Imagem 1** - Luana e o amor pelo sagrado



**Fonte:** Foto - Andrea Magnoni

As interlocutoras deste trabalho se autodeclararam pessoas transexuais, negras e oriundas de comunidades periféricas de Salvador. Luana é esteticista, 37 anos, nascida em Cuiabá, Mato Grosso, filha de *Oxum*, foi iniciada no *Ile Ase Ya Omin Lonan*, uma casa filiada à Casa Branca, um tradicional terreiro de Candomblé da Bahia. A sua aproximação com a religiosidade se deu desde cedo, quando ela frequentava centros de Umbanda, nos quais desenvolveu a sua mediunidade, o que a levou ao rito iniciático no Candomblé (DIAS; COLLING, 2018, p. 98).

### **Imagem 2** - Mauro é filho de *Ossain*, divindade das folhas



**Fonte:** Foto - Andrea Magnoni

Mauro é artesão, 34 anos, filho de *Ossain*, foi iniciado no *Ile Ase Fílandereir*. Seu primeiro contato com a religião foi traumático porque ele era considerado como mulher no terreiro e já se percebia como um homem trans. Contudo, a convivência diária com as pessoas do terreiro fez com que ele passasse a se sentir parte daquela comunidade. Ele acredita que ocorreu um direcionamento dado pelo Orixá para sua aproximação com o seu terreiro (DIAS; COLLING, 2018, p.99).

### **Imagem 3** - Alana é ativista LGBT e filha de *Dandalunda*



**Fonte:** Foto Zazo Guerra.

Alana é ativista LGBT, luta contra a epidemia de HIV/AIDS e é educadora social. Tem 35 anos, é filha de Dandalunda, e foi iniciada no Terreiro Azê de Obaluae. Atualmente, ela é Nengua Nkisi (mãe de santo) em seu próprio terreiro, o Unzo de Ungunzo Kissimbe Amazi, localizado na região do Calabar, um bairro popular localizado na região central de Salvador. Também chegou ao Candomblé ainda criança, já que sua mãe foi iniciada na religião, embora não mais participe das liturgias do Candomblé. Alana tinha muitos problemas de saúde e disse que esse foi um dos fatores que a levou a procurar o terreiro de Pai Everaldo (DIAS; COLLING, 2018, p. 99).

Importante refletirmos sobre as vivências dessas três pessoas trans pesquisadas pelos autores e suas tensões nos espaços de terreiro. Suas lutas e a garantia dos seus direitos, estão para além da sua fé e do

amor por seus Orixás. Os terreiros são espaços sociais e, contudo, refletem os preconceitos da sociedade e a transfobia.

O facto de termos líderes religiosas/os LGBT e sensíveis às causas trans e travestis não impede que condutas cis-heteronormativas sejam percebidas nas relações das comunidades-terreiro. São processos violentos de negação de identidades que foram conquistadas com muita luta por reconhecimento e respeito. Luana e Alana têm uma história com a religiosidade afro-brasileira desde sua tenra idade e o sentimento de pertencimento já se desenhava quando suas famílias possibilitavam o acesso ao mundo dos Orixás/Nkisis. Mauro, por sua vez, conheceu o Candomblé em sua fase adulta, o que lhe permitiu determinadas escolhas, ter a oportunidade de reivindicar uma identidade de gênero distinta e assumir uma personagem (por ter trajado vestes lidas como femininas em seu rito de iniciação) (DIAS; COLLING, 2018, p. 101).

Importante ressaltar, que qualquer relação nos terreiros deveria ser pautada no respeito mútuo entre as pessoas. No entanto, podemos identificar que as pessoas entrevistadas pelos autores, afirmam que foram acolhidas em seus terreiros. Porém, o cotidiano é um espaço de violações de direitos e de total negação das suas identidades de gênero.

Outro ponto fundamental e de grande tensão nos terreiros de Candomblé e Umbanda, está relacionado às vestes durante as práticas religiosas, sobretudo para as mulheres, os homens trans e as travestis. Para alguns dirigentes, a negativa ao uso das roupas ritualísticas está diretamente ligada a não aceitação das identidades de gênero. Porque compreendem que a população trans e travesti, são homens e mulheres biologicamente, uma vez que possuem pênis e vaginas. Portanto, as relações de poder reproduzidas por alguns dirigentes espirituais que impedem o uso das vestes conforme suas adequações sociais e suas identidades de gênero de seus filhos e filhas de santo, só demonstram que as hierarquizações e as relações de poder nos terreiros, torna-se abusivas por negar e controlar as existências dos corpos desta população.

Por causa dessas experiências, entendemos que as identidades transexuais e travestis constituem um novo lugar de resistência na religião afro-brasileira da atualidade. Dizemos isso pensando na resistência registrada no início do culto em terras brasileiras, quando as pessoas negras encontraram no sincretismo religioso o modo de continuar a reverenciar os/as deuses/as africanos/as ou, ainda, quando a polícia impedia ou controlava os cultos e rituais dos terreiros, dentre outros tantos exemplos. Para Luana, o despreparo de algumas autoridades religiosas ao lidar com a transexualidade é um facto e, como ela afirmou, existe uma política de exclusão nas comunidades-terreiro que está camuflada na teia das «boas relações» (DIAS; COLLING, 2018, p. 103).

Para SOARES, 2021, p. 1011 et. ta. apud Santos 2008, p. 151)

A condição humana, por exemplo, não é expressa pelo binário homem-mulher. No panteão do candomblé existem orixás eminentemente femininos, eminentemente masculinos, e orixás ambivalentes ou andróginos, isto é, feminino e masculino ao mesmo tempo. Essa trindade, esse terceiro, é a possibilidade de várias expressões do humano sem reduzi-lo à binaridade calcificante.

Contudo, infelizmente não há essa adequação e esse respeito para os seguidores das religiões do Candomblé e da Umbanda em suas práticas religiosas.

“Quando aceitarmos que o verdadeiro amor é fundamentado em reconhecimento e aceitação, que o amor combina com cuidado, responsabilidade, comprometimento e conhecimento, entenderemos que não pode haver amor sem justiça. Com essa consciência, vem a compreensão de que o amor tem o poder de nos transformar e nos dar força para que possamos nos opor à dominação” (HOOKS, 2015, p. 150). Então... que não nos falte forças para lutar!

## Considerações finais

É certo que, ao longo da história, parte da população LGBTI, vive em vulnerabilidade social e sem a garantia de direitos como pessoa cidadã, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero. Portanto, para a população (T), essas violações são mais expressivas.

Contudo, durante os estudos sobre orientação sexual e identidade de gênero nos terreiros, identificamos que os espaços religiosos que deveriam ser espaços acolhedores, acabam por se tornar, mais um espaço de exclusão e de violações de direitos.

Não compreender as subjetividades e as especificidades desta população e não permitir que pessoas transsexuais e travestis realizem suas práticas religiosas conforme suas identidades, torna-se inviável suas permanências nos terreiros e as violações de direitos impedem a prática da fé e seus rituais. Por tanto, essa população, mais uma vez é excluída do convívio social e religioso.

Importante, que alguns dirigentes espirituais reflitam sobre as doutrinas de suas casas espirituais, ouçam seus mentores espirituais e discutam com os demais membros do terreiro sobre os “tabus” dos corpos transsexuais e de travestis nas práticas religiosas e que, na maioria das vezes, são os seus preconceitos e seu olhar binário e machista, que impedem a não vivência desta população em seus cultos religiosos.

Comprendemos, que por mais que podemos vislumbrar os avanços sociais e políticos voltados para o segmento populacional LGBTI, as casas de Candomblé e Umbanda ainda carregam valores preconceituosos e se mantêm dentro de um conservadorismo arcaico.

Portanto, se faz necessários outros estudos que possibilitem avançar na discussão e na desconstrução de que sexo biológico e identidade de gênero, são as mesmas coisas.



## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Dispõe sobre a Constituição da República Federativa do Brasil. Supremo Tribunal Federal. 1988.

COLLING, L. **Identidade e expressão de gênero**. Consulta Pública, 2013. Disponível em: [grupodignidade.org.br](http://grupodignidade.org.br). Acesso em: 15 abr. 2022.

DIAS, Claudenilson; COLLING, Leandro. Resistências e rejeições nas vivências de pessoas trans no candomblé da Bahia. **Revista Ex Aequo**, n. 38, p. 95-110, 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Positivo, p. 275, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade. **Cadernos Cepia**, v. 5, p. 73-92, 2002.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras (AL Libânio, Trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015.

SILVA, L.M.F; COMIN, F. S. A noção de eficácia nas consultas mediúnicas da umbanda. **REVER**. São Paulo, v. 20, n. 3, set/dez 2020. DOI: <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2020vol20i3a15>.

SOARES, Kátia dos Reis Amorim et al. A TRANSEXUALIDADE E A TRADIÇÃO DO CANDOMBLÉ: GÊNERO E CULTURA EM DEBATE. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 9, n. 2, p. 134-153, 2021.

KÜNSCH, Dimas A.; CHIACHIRI, Roberto. Laroíê, Exu! Um ensaio sobre cultura, diálogo e compreensão. **LÍBERO**, n. 44, p. 75-92, 2019.